


Índice de transparência dos portais públicos é "muito baixo", diz estudo de tribunais de contas

Considerando os grupos de critérios da avaliação, os resultados mais baixos estão relacionados às Emendas Parlamentares (19,37%), Renúncia de Receita (21,51%) e Obras (24,61%)

05/03/2024 - 19h06min

COMPARTILHE:   

 ESTADÃO CONTEÚDO Pepita Ortega e Fausto Macedo

O índice de transparência dos portais públicos do Brasil caiu em 2023, atingindo 58,11% dos quesitos do levantamento do Programa Nacional de Transparência Pública. No ciclo 2022, o Índice Geral de Transparência dos portais públicos estava registrado em 67,55%. A avaliação é a de que o país "ainda precisa aprimorar muito o nível de transparência na gestão pública para garantir o direito do cidadão à informação e ao fortalecimento da democracia".

O índice geral médio de todas as 8.045 instituições avaliadas no estudo, de 58,11%, é apontado como "muito baixo", mas tido como nível intermediário de transparência, segundo os coordenadores nacionais do programa.

O programa faz um exame da transparência pública ativa no país. Reúne o **Tribunal de Contas da União (TCU)**, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas e o Tribunal de Contas de Mato Grosso, com apoio do Conselho Nacional de Controle Interno, Associação Brasileira das Agências de Comunicação, Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas e Instituto Rui Barbosa.

Ao abordar a importância do estudo, o ex-presidente da Atricon César Miola parafraseou o filósofo e ex-senador italiano Norberto Bobbio e frisou que a "administração pública deve estar em público". Segundo Miola, "os portais desempenham papel essencial para isso".

— Ao se analisar o seu conteúdo com técnica, imparcialidade e profissionalismo - como o PNTP faz, a partir de um manual detalhado e com base em evidências -, é possível identificar lacunas ou inconsistências. E isso é fundamental para a *accountability* e o controle social. Mas também valorizamos as boas práticas, a fim de que possam servir de referência e inspiração aos demais — indicou.

O mapeamento indica que uma justificativa para a queda dos índices de transparência pode ser a mudança na metodologia do estudo. "Há muito o que aprimorar no tocante à integralidade e qualidade das informações disponibilizadas", diz o texto. Considerando os grupos de critérios de avaliação - 20, ao todo, analisados pelo Programa Nacional de Transparência Pública - **os resultados mais baixos estão relacionados às Emendas Parlamentares (19,37%), Renúncia de Receita (21,51%) e Obras (24,61%).**

O grupo ressalva que tais temas foram incluídos na matriz de avaliação deste ano. Outros temas com baixo índice de disponibilização de informações são saúde (29,8%) e educação (26,15%).

O estudo faz um recorte pelos portais das esferas federal, distrital, estadual e municipal. Com relação às três primeiras, os níveis de transparência são considerados "bons", com possibilidade de aprimoramento - 71,36%, 78,18% e 81,84% -, respectivamente. Já no âmbito municipal, o índice geral ficou em 57,65%. Segundo o Programa Nacional de Transparência Pública, os portais das Câmaras Municipais são os que apresentam o menor índice médio do país, 55,53%.

No recorte entre Poderes e órgãos autônomos, o melhor índice de transparência é apresentado pelos Tribunais de Contas (90,42%), seguido pelo **Ministério Público** (86,44%), Poder Judiciário (78,75%) e **Defensoria Pública** (70,13%). O Executivo e o Legislativo apresentaram um índice inferior, de 59,68% e 55,58%, respectivamente.

O que é o Programa Nacional de Transparência Pública

O processo de avaliação da transparência envolve a auto avaliação dos portais por controladores internos, treinados pelos Tribunais

de Contas de todo o país. Em seguida, é realizada a validação das avaliações de portais de transparência certificáveis com três selos - diamante, ouro e prata -, ligados ao índice de transparência verificado.

A avaliação toma como base uma extensa matriz de critérios de transparência pública, que inclui 70 critérios comuns para todos os Poderes e órgãos e critérios específicos - no caso do Judiciário, são seis.

Em 2023, 8.045 portais de transparência foram avaliados, sendo que 16,41% deles receberam certificações - 241 do nível diamante, 501 do ouro e 578 do prata. Ao todo, 8,5 mil pessoas participaram do processo de avaliação, incluindo controladores internos, técnicos dos Tribunais de Contas e das entidades apoiadoras e realizadoras. O processo foi realizado entre março e dezembro. A partir deste mês se inicia o 3º ciclo de avaliação do Programa.

Judiciário

No Judiciário, 27 tribunais estaduais e federais foram avaliados, sendo que 13 deles, obtiveram certificações - sete estaduais receberam Selo Diamante, cinco Selo Ouro e dois Selo Prata. Outros 14 tribunais, inclusive o Supremo Tribunal Federal, não receberam certificação.

Com relação aos critérios, dentro das estatísticas ligadas ao Judiciário, os que tiveram melhores avaliações foram "informações prioritárias, planejamento e prestação de contas, ouvidoria, informações institucionais e acessibilidade".

Temas como obras, contratos, SIC, recursos humanos e diárias receberam as piores notas de transparência.

Fonte:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2024/03/indice-de-transparencia-dos-portais-publicos-e-muito-baixo-diz-estudo-de-tribunais-de-contas-cltex706b002301g5ob3ij5yy.html>